

JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS

PAULO VITORINO FONTES

RESUMO

Este artigo pretende contribuir para a análise da cultura política que se expressa nas ações coletivas dos/as jovens que participam nos movimentos sociais mais recentes. As transformações estruturais da economia mundial e as mudanças na cultura política das sociedades condicionam a relação da juventude com a esfera da política. Neste sentido, ao explorarmos a prática ativa da cidadania juvenil na era global, recorrendo a vários contributos da investigação sociológica e política, pretende-se contribuir para a reflexão em torno das dificuldades e das potencialidades que os recentes movimentos sociais alternativos apresentam.

PALAVRAS - CHAVE

Juventude; movimentos sociais; cultura política; sistema; alternativas.

Youth, political participation and social movements: critical reflections

ABSTRACT

This article aims to contribute to the analysis of the political culture that is expressed within the collective actions of youths engaged in the more recent social movements. The structural transformations of the global economy and the changes in the political culture of society influence youth's relationship with the political sphere. In that sense, by exploring the active practice of youthful citizenship within the global era and taking into account the various contributions of the sociological and political research contributions, we intend to reflect about the potentialities and difficulties that the most recent alternative social movements show.

KEYWORDS

Youth; social movements; political culture; system; alternatives.

SOBRE O AUTOR

PAULO VITORINO FONTES

Tem Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (summa cum laude) pela Universidade de Évora em 2016. Licenciado em sociologia pela Universidade dos Açores em 2000, concluiu o mestrado em sociologia pela mesma Universidade em 2012.

Autor e participante de projetos de intervenção com grupos de maior vulnerabilidade e exclusão social. Exerce funções de coordenação na Novo Dia – Associação para a Inclusão Social desde 2001.

Tem como principais interesses de investigação a Ciência Política e a Filosofia Política, com especial enfoque na Teoria Crítica Alemã, na Teoria do Reconhecimento e na sua articulação com outros paradigmas críticos.

É Membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política – CICP da Universidade de Évora, desde 2013.

SUBMETIDO EM

26/11/2017

APROVADO EM

04/06/2018

1 - INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos explorar a prática ativa da cidadania juvenil na era global: a relação da juventude com a política e a sua participação nos chamados “movimentos anti-globalização”. Começaremos por uma abordagem do conceito de juventude, para depois iniciarmos uma breve análise dos vários movimentos sociais, distinguindo as suas principais características, de forma a centrar a nossa atenção na participação da juventude nos movimentos sociais mais recentes. Seguidamente, faz-se uma contextualização sócio histórica da contemporaneidade mundial a partir da revisão da literatura sociológica e política, que por limitação deste trabalho é restrita à produção de autores europeus, de forma a perceber a atual conjuntura, assim como os seus antecedentes, com o objetivo de extrair os seus desafios e possibilidades. Conclui-se que as transformações estruturais da economia mundial e as mudanças sociais e políticas contribuem para uma nova relação, muitas vezes contraditória, dos/as jovens com a esfera da política.

2 - SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE

Ao contextualizarmos a vasta problematização sociológica em torno da juventude, percebe-se que ao nível teórico, existe uma ambígua definição de juventude, oscilando entre dois eixos semânticos: como unidade e como diversidade e entre duas correntes: classista e geracional (Machado Pais, 1990). Segundo Pilar Damião de Medeiros (2015: 94), importa compreender que a juventude da era (pós) moderna encontra um mundo radicalmente novo, pelo que deverá ser encarada como um objeto de estudo com características diferentes. A atual sociedade globalizada repleta de desigualdades e de paradoxos sociais, culturais e políticos; a perda da cristalização das etapas da vida; a multiplicidade de pontos de referência; a emergência de uma sociedade de risco e os novos fluxos de comunicação e de informação que vêm potenciar novas capacidades constituem fatores fundamentais para a reafirmação das perspetivas geracionais (Damião de Medeiros, 2015: 94). Para Nuno Augusto (2008: 161), “mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação, a juventude é entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores”, pelo que “o ressurgimento do conceito de geração na sociologia nas últimas duas décadas deve-se, em grande medida, à intensificação dos efeitos da sociedade de risco, que os jovens experimentam de um modo crescentemente incerto e inseguro” (Augusto, 2008: 161). A corrente geracional, seguindo a conceitualização de Machado Pais (2003: 109) entende a juventude como uma fase da vida, em que as diversas culturas juvenis são culturas características de uma geração; enquanto a corrente classista entende as culturas juvenis como culturas de classe, onde a reprodução social é considerada em termos de reprodução das classes sociais. A conceção classista inspirada em autores como Pierre Bourdieu (2001 e [1979] 2007) procura saber em que medida os novos movimentos sociais são indicadores de novas e profundas divisões ou confrontações sociais na sociedade moderna. Segundo Klaus Eder (2001: 5), os novos movimentos sociais são valorizados por introduzirem novas questões, serem portadores de um novo paradigma de existência social e revelarem novas divisões nas sociedades modernas além das religiosas e étnicas tradicionais. No entanto, apesar das novas divisões introduzidas serem percebidas como substitutas da antiga divisão baseada na classe, a divisão entre capital e trabalho, não podemos concordar que o conflito de classe está a desaparecer, uma vez que os novos movimentos sociais não podem ser reduzidos a movimentos que procuram a inclusão universal, continuando

a observar-se que estão em jogo interesses, normas e valores antagônicos e até incomensuráveis (Eder, 2001: 6).

Consoante os ângulos analíticos com que se considere a juventude, poderá ser mais vantajoso optar pela corrente geracional ou classista. Não é nossa intenção abandonar os critérios e recursos da sociologia geracional, ao abordar-se a juventude como um todo, numa perspectiva de horizontalidade, em que “a valorização da problemática da juventude justifica-se em função dos signos de continuidade e descontinuidade intergeracionais” (Machado Pais, 1990: 154). No entanto, a sociologia da estratificação e das classes sociais continua a ser mais completa na explicação dos comportamentos socio-políticos e dos movimentos sociais (Eder, 1993 e 2001), com duas condições a serem estudadas: o mundo simbólico (Bourdieu) e o mundo normativo (Honneth) nos quais se pode interpretar as diferenças categoriais que existem numa sociedade. Estes elementos são historicamente variáveis, razão pela qual a ideia de classes determinadas “economicamente” é uma interpretação culturalmente e historicamente específica das diferenças categóricas entre as pessoas. Os novos movimentos sociais não são certamente movimentos de classes no sentido tradicional do século XIX. Todavia, eles podem ser vistos como uma manifestação de um novo tipo de relação de classe nos quais ocorre a “constituição da classe média” nas sociedades modernas avançadas (Eder, 2001: 19). Os novos movimentos sociais preocupados com a realização de uma existência “identitária” continuam a alimentar a construção de novas relações de classe. Nesse sentido a classe tem importância nos novos movimentos sociais. Considerando a pluralidade das formas de expressão e associação entre indivíduos na sociedade (pós) moderna, pretendemos ao longo do nosso trabalho refletir sobre o papel da juventude na ação coletiva, principalmente, nos movimentos sociais mais recentes.

3 - VELHOS, NOVOS E NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais têm sido definidos, segundo Donatella Della Porta & Manuela Caiani (2009: 6), “como redes informais densas de atores coletivos envolvidos em relações conflituais com oponentes claramente identificados, os quais partilham uma identidade coletiva distinta, usando principalmente os protestos como o seu *modus operandi*”.¹ Os movimentos sociais são compostos por redes de grupos e ativistas, com uma identidade emergente, usando inúmeras formas não convencionais de participação e de protesto.

Embora a gênese dos movimentos sociais seja desconhecida, podendo estar desde sempre relacionada com o desenvolvimento da capacidade dos seres humanos de se organizarem e imporem exigências. São muitos os exemplos desta dialética na história, como François Houtart (2007) demonstrou com a existência de movimentos sociais desde o tempo de Jesus Cristo, com movimentos messiânicos, de protesto agrário, entre outros, até à Revolução Francesa (século XVIII), que marca a passagem da época moderna para a época contemporânea. Partindo da impossibilidade de referir todos os movimentos sociais já ocorridos, abordaremos apenas os movimentos que consideramos mais significativos da sociedade contemporânea.

No século XIX com a implementação do Estado-Nação e em oposição à regulação imposta por este, surgem movimentos sociais com inúmeros motivos de contestação

1 Para um maior aprofundamento teórico consulte Della Porta & Diani ([1999] 2006: 20-29).

social, laboral e política. O surgimento destes movimentos no século XIX até princípios do século XX esteve associado ao desenvolvimento da sociedade industrial; estes movimentos são com frequência percebidos como lutas baseadas na classe, movimentos de trabalhadores conduzidos por adultos masculinos, mesmo que muitos dos seus protagonistas tenham sido jovens, estudantes, boémios e trabalhadores jovens. Estes “velhos” movimentos sociais enfatizavam os protestos económicos, mas também tinham pretensões políticas e morais: democratização, direito de voto e igualdade de direitos. As características culturais destes movimentos denotavam uma significativa homogeneidade e o modelo organizacional dominante baseava-se na articulação de grupos locais com forte coesão interna e com uma forte construção identitária (Jeffrey Juris *et al*, 2012: 27).

O surgimento dos “novos” movimentos sociais nos anos sessenta do século XX esteve associado ao surgimento de novos modos de ação coletiva na era dos meios de comunicação de massas e das contraculturas juvenis. Os movimentos estudantis em Berkeley em 1964 e em Paris, Roma, Nova Iorque e México em 1968 foram os protestos fundantes. As lutas associadas percorriam várias classes sociais e já não se centravam essencialmente na redistribuição de recursos económicos. A base social destes movimentos afastou-se dos critérios de classe, enfatizando outros critérios com base no reconhecimento identitário: geração, género, orientação sexual e etnicidade, em particular as comunidades marginalizadas (negros, ciganos, indígenas, entre outras). A base territorial dos novos movimentos sociais deixou de ser local e passou a ser regional e transnacional. Os movimentos ambientalista, pacifista, feminista, gay-lésbico, entre outros, foram exemplos característicos. Ainda que muitas das pessoas participantes fossem adultas, estes movimentos foram com frequência concebidos como movimentos de juventude e de base de género, uma vez que lutavam pela emancipação e pela liberdade sexual dos jovens e das mulheres. A participação da juventude deu lugar a uma multitude de microculturas juvenis, revelando uma dimensão transnacional, mesmo assumindo diversas formas em cada país (Touraine, 1978; Melluci, 2001).

Nos primeiros anos do século XXI surgem novos modos de ação coletiva numa era de redes globais e de ciberculturas juvenis. Os novos movimentos salientam várias dimensões, os seus principais protestos são culturais, sociais, económicos e ambientais; não se resumem exclusivamente ao interesse individual, mas incluem a solidariedade com aqueles que são marginalizados pela globalização. As lutas destes movimentos atravessam gerações, géneros, etnias e territórios. Deixam de estar confinadas às fronteiras nacionais e situam-se no espaço global, usando as mesmas ferramentas do sistema neoliberal a que se opõem. A sua descentralização constitui um internacionalismo localizado (*glocalidade*). Carles Feixa (2002), pioneiro nos estudos sobre a juventude no espaço Iberoamericano empregou pela primeira vez o conceito de “novos, novos movimentos sociais”, enquanto que Della Porta & Diani ([1999] 2006) usaram o termo de “movimentos sociais globais”; mais tarde também surge o termo “novíssimos movimentos sociais” em Juris *et al* (2012), todos eles para caracterizarem os mais recentes movimentos sociais.

No mundo de hoje onde o descontentamento aumenta, parece-nos importante compreender as linhas estruturantes dos novos movimentos sociais, onde a inovação e a rutura com experiências passadas não deixam de se conjugar com algumas linhas de continuidade. Como nos elucida Elísio Estanque (2012: 5), hoje já não são os trabalhadores de um lado e os estudantes do outro, mas sim todo um conjunto de grupos sociais afetados pela incerteza e pela precariedade, congregando estudantes, novos trabalhadores, funcionários descartados, reformados antecipados e as vítimas das políticas de austeridade e de reestruturação do Estado social. É neste contexto que se podem conjugar condições propícias para “criar uma aliança *explosiva* entre o campo laboral e o universo

estudantil” (Estanque, 2012: 6), aumentando dessa forma a conflitualidade social. Os excessos do mercado que a globalização neoliberal e o capitalismo financeiro disseminaram pelo mundo têm tido efeitos devastadores nas últimas décadas, com o aumento das desigualdades, do desemprego e das mais variadas ameaças para a segurança e bem-estar geral. Daí têm derivado novas formas de protesto e de ativismo, sobretudo dinamizadas pelas camadas mais jovens e escolarizadas, que recorrem cada vez mais às novas tecnologias da informação e da comunicação (Estanque, 2012: 10).

Importa salientar que esta tentativa de distinguir os movimentos sociais em diferentes períodos históricos não pretende estabelecer categorias rígidas, mas auxiliar na análise dos movimentos sociais; uma vez que, na prática os vários movimentos de todos os contextos históricos exibiram características associadas com os velhos, novos e “novíssimos” movimentos sociais. Todos os movimentos – dos mais velhos aos mais novos – têm razão de existir e são compatíveis, pois são gerados no mesmo sistema capitalista. Como propõe Patrícia Mattos (2012), a partir dos vários pontos em comum e das interligações entre os vários movimentos sociais abre-se um vasto campo de análise, principalmente se recorremos à perspetiva interseccional desenvolvida pela teoria crítica feminista mais recente, conjugando vários indicadores como o género, a idade, a classe, a nacionalidade, a etnia sobre os vários movimentos sociais nos diferentes períodos históricos.

4 - SISTEMA MUNDIAL E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

Para José Maria Tortosa (2011), os recentes movimentos sociais, desde as “primaveras árabes” até a *Occupy Wall Street*, passando pelos “indignados” europeus ou os estudantes da América do Sul, podem compreender-se, para além das suas componentes locais e específicas, como alternativas produzidas dentro da lógica do sistema capitalista. Na atual conjuntura de insegurança produzida pela crise visível desde 2008 agudizaram-se os motivos de protesto. Os seus participantes encontram dificuldades na definição de objetivos e meios, ao mesmo tempo que oscilam entre a procura de mudanças no sistema e na sua generalização ou na mudança de sistema.

Todos estes movimentos alternativos desenvolvem-se num duplo contexto, que inclui as regras de um sistema como fator constante e a sua conjuntura atual como fator precipitante.

As alternativas que se produzem no sistema mundial atual, como refere Tortosa (2011: 1), poderão ser melhor compreendidas se as situarmos dentro da lógica do próprio sistema, ainda mais se tivermos em conta a possibilidade dessas alternativas serem destruídas ou absorvidas pela esmagadora capacidade do sistema de incorporar tudo, em especial os corpos estranhos.

Todavia, a História tem mostrado que vários sistemas aparentemente estáveis deixaram de funcionar e que realmente há poucas coisas humanas irreversíveis. Razão pela qual não se deve excluir a possibilidade de isso voltar a acontecer, da mesma forma, como já foi referido, não se deve excluir a capacidade de recuperação que o sistema mundial já mostrou ter (Tortosa, 2011: 2).

Por outro lado, a atual situação do sistema mundial não tem precedentes, segundo muitos dos seus observadores. Como nos lembra Tortosa (2011: 2), embora se possa pensar na crise cíclica de 1929, ressoando elementos que novamente nos afetam: a crise económica, o descrédito da democracia, o auge dos movimentos totalitários carregados de verdades absolutas e de intolerância e a potência hegemónica em crise. Mas, também é óbvio que não estamos no mesmo contexto: em 1929 não havia consciência da pegada

ecológica deixada no planeta pela espécie humana em geral e pelos países mais ricos em particular, nem havia 1000 milhões de pessoas famintas no mundo, entre outras diferenças que iremos salientar.

Zygmunt Bauman ao recuperar algumas ideias de Rosa Luxemburgo no seu ensaio publicado em 2009: “O capitalismo como sistema parasita”, apresenta-nos como tese que o capitalismo funciona mediante a “colonização” de “territórios virgens” para serem explorados. Colonização que pode ser física, como nas conquistas, invasões, descobrimentos, entre outras; pode ser comercial ou financeira. Esta última, segundo Bauman (2009), tem-se intensificado no sistema atual, depois do capitalismo que falava Marx Weber (austero, arrojador, calculista) dar lugar a um capitalismo de consumo e, deste, ao capitalismo do crédito que por último entrou em crise, como todos os outros modos anteriores ao manterem em vigor a norma básica do sistema, que é a do benefício sem limites físicos, sociais e económicos, que se traduz na acumulação incessante de capital.

Pois, tanto para Bauman (2009) como para Tortosa (2011: 4), “o que mantém vivo o sistema é a colonização do futuro: o benefício de hoje obtém-se carregando sobre as costas não dos selvagens ou dos primitivos pré-capitalistas como iniciou o sistema mundo contemporâneo, mas sobre as gerações futuras”. Como é a atual crise da dívida, que para geri-la, exige rigor orçamental e redução de investimento por parte dos Estados que pediram auxílio aos mais ricos.

Na continuidade do pensamento de Tortosa (2011: 5), podemos verificar que a lógica do sistema com as suas variantes regras subordinadas ao princípio básico do benefício sem limite físico, social ou económico tem tido efeitos devastadores no planeta. Em primeiro lugar, temos uma crise económica que afeta os países centrais em que um decréscimo ou crescimento baixo traduz-se em redução de emprego e aumento de problemas sociais. Os governos ao capitalizarem os bancos com problemas entraram em deficit ou aumentaram-no. Posteriormente, a sua necessidade de endividamento foi-se resolvendo com empréstimos para fazer face aos gastos correntes e não à inversão produtiva, reduzindo-se assim a despesa pública e, por conseguinte, introduzindo um novo fator de desaceleração.

Não sendo a primeira vez que tal acontece, mas provavelmente o sucedido noutras ocasiões não afetou da mesma forma os países centrais. Em relação à crise de 1929, como Tom Engelhardt retratou na sua obra *United States of Fear* (2011), a diferença que agora se desenvolve é uma acumulação de novos problemas que interatuam com os económicos, gerando assim uma particular instabilidade do sistema no seu conjunto, começando pela sua potência hegemónica, os Estados Unidos da América.

Em primeiro lugar, estão os problemas ambientais: para além de se colonizar o futuro, parece claro que a exploração da natureza já alcançou níveis cuja “pegada ecológica” poderá ultrapassar limites de difícil recuperação. Podemos continuar a discutir se estamos perante a ameaça ou a realidade de uma mudança climática. Mas, depois do relatório da Universidade de Berkeley (2013) torna-se evidente o aquecimento global verificado até agora. Os seus efeitos sobre as secas, inundações e más colheitas já foram suficientemente constatados.

O *World Energy Outlook* publicado pela Agência Internacional de Energia em 2011 reconhecia dois acontecimentos relevantes para a nossa discussão: por um lado, atingiu-se o chamado “pico do petróleo”, momento em que o consumo já se faz à custa das reservas, sem que as novas descobertas (como por exemplo na Argentina, Brasil ou País Basco) sejam suficientes para compensar o esgotamento dos recursos. Por outro lado, o relatório reconhece o impacto que o consumo de combustíveis fósseis tem no aquecimento global e eventual mudança climática.

Convocando novamente a análise de Tortosa (2011: 5-6), verifica-se que juntamente com a crise energética apresenta-se também uma crise alimentar que, como as anteriores, não afeta por igual todas as partes do mundo. Se a crise económica e a energética são problemas sobretudo dos países centrais (os mais ricos do Norte), os efeitos da crise ambiental notam-se mais, no momento, nos países periféricos e, certamente, a crise alimentar, seja ou não fabricada, afeta-os igualmente.

Um dos resultados desta acumulação de crises, como nos elucida Tortosa (2011: 6), é o sentimento de insegurança que se difunde entre amplas camadas da população. Não correspondendo exatamente aos “99%”, numa terminologia contemporânea, mas verifica-se nos sectores médios e médio-baixos dos países centrais. Como Joaquín Estefanía analisou na sua obra “A economia do medo” em 2011, estas inseguranças incluem, pois, a insegurança económica perante o futuro do próprio emprego e da própria pensão, que só representa uma parte do problema. Da mesma forma que incluem a insegurança energética com os efeitos do “pico do petróleo” e a necessária transição energética para a qual não se vislumbram muitas alternativas. E tudo isto, num ambiente generalizado de descrédito das democracias existentes e das suas respetivas classes governativas. O descrédito da classe política aparece ligado a uma evidente crise de confiança em muitas instituições, perceptível em amplas camadas da população e, entre essas instituições, estão não só os partidos políticos como também os sindicatos, as igrejas, entre outras.²

A contradição que subjaz, colocada por Tortosa (2011: 7), é a de como conseguir, sem mudar as regras do jogo, crescer para criar emprego e, ao mesmo tempo, decrescer para responder aos desafios ambientais quando optando pelo primeiro propósito tão pouco se consegue o emprego, com o qual se acumulam os problemas. E como fazê-lo desde a política, depois de uma longa etapa em que a máxima tem sido “menos Estado e mais mercado”? Um percurso que foi produzindo e acumulando desregulações, sobretudo no sector financeiro, que conduziram à atual crise económica, que primeiro foi financeira, e que submeteu os governos aos interesses financeiros mundiais.

Para Tortosa (2011: 7), as reações contra estes acontecimentos não tiveram uma forte correlação com os mesmos, nem com a evolução da consciência sobre eles. Tão pouco assumiu as mesmas formas nos países centrais das conhecidas nos países periféricos, sendo frequente as reações dos países centrais receberem maior apoio mediático.

As reações em Portugal e, sobretudo na Grécia, aos sucessivos “planos de ajuste” e austeridade impostos do exterior foram ações de protesto de uma população que viu diminuída os seus níveis de vida. Para Tortosa (2011: 9), estas ações tem elementos em comum, neste sentido, com o sucedido nos anos 70 e 80 na América Latina, mas também os têm em comum com alguns países árabes onde ocorreu a “primavera”. Verifica-se sobretudo emoção e comportamento expressivo da mesma, geralmente dirigida contra o governo que aceitou a imposição exterior e não contra o organismo, instituição ou pessoas que a impuseram.

Dos vários movimentos sociais mais recentes, desde os protestos dos estudantes chilenos ao reivindicarem uma educação de qualidade, movimento este que ultrapassou fronteiras e se produziu também nos restantes países da América Latina, passando pela longa marcha dos indígenas na Bolívia que se opunham à construção de uma autoestrada no seu território, até aos indignados de Israel por determinadas condições de vida que consideravam inaceitáveis, salienta-se a sua heterogeneidade e a dificuldade, para aque-

2 Para uma análise comparativa ao nível europeu do interesse pela política e da confiança nas instituições políticas consulte o trabalho de Rui Brites (2015).

les movimentos que ambicionam um impacto mundial, de ultrapassarem a suas limitações locais (Tortosa, 2011: 9).

A onda de protestos que se produzem no mundo como reação a um sistema precipitada pelas condições imediatas de insegurança e insatisfação, refrata-se em cada circunstância local de forma que dificulta a articulação e a exportação ou importação de métodos e estratégias.

Outras duas reações populares, distintas das que já foram apresentadas, muito locais e significativas, foram os distúrbios iniciados em Inglaterra em Tottenham, puramente expressivos do descontentamento e muito parecidos ao dos jovens parisienses de 2005. Não havia nenhum objetivo a alcançar: somente a expressão da raiva e da frustração.

Por sua vez, o movimento do 15-M e suas variantes locais, bem como a sua evolução até o 15-O através dos diversos “Occupy (inicialmente Wall Street, mas depois a mais cidades) pode ser situado noutra dimensão, apesar do seu parentesco com outros movimentos já enunciados. Joseph Stiglitz no seu artigo “A globalização do protesto” (2011: 1) refere que “o movimento de protesto que nasceu em Tunes, para depois estender-se ao Egito e daí a Espanha, já é global: a marcha de protestos chegou a Wall Street e a diversas cidades dos Estados Unidos” e comentava, quase como o padre Coughlin em 1932, “temos um sistema onde se resgatou os banqueiros, e abandonou-se as suas vítimas” (Stiglitz, 2011: 2).

Será importante analisar a evolução destes movimentos, sobretudo como interroga Tortosa (2011: 10), se o 15-O se consolida e perdura, algo que ainda não aconteceu. Tal como não se verificou ainda a articulação de muitas indignações locais em respostas coletivas à escala mundial. Pelo que importa refletir sobre os problemas que podem ter as alternativas propostas por esses movimentos, bem como sobre as dificuldades que afetam os mesmos.

Angela Davis, académica e ativista americana, ao participar no Occupy de Philadelphia em 2011, depois de na sua juventude ter participado nos movimentos sociais dos anos 60, sintetiza de uma forma clara o desafio:

A questão mais pertinente relativamente aos activistas da “Occupy” é a de como criar uma união que respeite e celebre a imensa diferença existente entre os 99%. Como podemos aprender a nos unirmos? Isto é algo que os 99% que se encontram a viver nos locais da Occupy podem ensinar-nos. Como podemos unirmos numa união que não seja simplista e opressiva, mas complexa e emancipadora e que reconheça, nas palavras de June Jordan, que “somos aqueles por quem estávamos à espera”. (Davis, 2011: 3)

Chegados até aqui, a primeira questão a colocar, retomando o pensamento de Tortosa (2011: 10), é se o movimento observável é realmente mundial. Perceível que não é: não afeta a todos os países, sendo evidente a ausência africana e do sudoeste asiático, daqueles países que as Nações Unidas classificam de menos desenvolvidos.

A relativa ausência de abordagens sobre os países periféricos nos movimentos dos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos, é tão visível como a ausência de movimentos coordenados com os dos países periféricos, embora eles tenham acontecido em alguns casos, como na América Latina (Tortosa, 2011: 11). Os movimentos locais pouco conseguem frente a um mal ou adversário que está à escala mundial se não se coordenarem à escala em que se dá o problema, restando-lhes acreditar num “efeito mariposa”, produzido por pequenas mudanças em zonas marginais do sistema.

Mas mais consequente para a nossa discussão será voltar à questão central colocada por Tortosa (2011): se estes movimentos propõem uma mudança de sistema ou uma mudança no sistema.

De uma forma geral, pode-se recorrer à reatualização de Tortosa (2011: 11) da tipologia de comportamentos de Robert Merton (1968). Face às crises atuais, principalmente nos países centrais, o conformismo tem sido o comportamento mais frequente: observa-se naqueles e naquelas que aceitam tanto as metas como os meios legítimos do sistema para alcançá-las e, importa salientar, independentemente dos que consigam ou não alcançar esses fins (bem-estar, felicidade, segurança, liberdade, identidade) e inclusivamente com independência de que consigam aceder aos meios para alcançá-los. Para além do ritualismo, que aplica mecanicamente os meios aceites, independentemente de que conduzam a fins socialmente aceites ou do comportamento inovador, que aceita os fins mas procura novos meios para alcançá-los, interessa particularmente à nossa investigação o comportamento da indignação. No grupo das pessoas indignadas há uma rejeição tanto dos fins como dos meios socialmente aceites. Mas importa não incluir a todos/as participantes no movimento na mesma categoria, o que explica essa oscilação entre os que propõem mudanças no sistema e os que procuram uma mudança de sistema (Tortosa, 2011:12). Por conseguinte, e seguindo a tipologia proposta, entre os conformistas e os ritualistas, se não alcançam as metas sociais, produzem-se muitas vezes diferentes níveis de frustração. A frustração pode ser confundida com indignação. A frustração gera agressividade e a agressividade procura um objeto sobre o qual possa descarregar. O comportamento agressivo pode dirigir a sua agressividade contra si próprio, como se pode explicar pelo aumento dos suicídios nos países centrais, ou dirigir-se para fora, por exemplo na forma de uso do outro (imigrante, de diferente religião, sexualidade ou raça) como objeto da própria agressividade física ou política, expressa no crescimento acentuado dos partidos xenófobos na Europa (Tortosa, 2011: 12). Importa referir que apesar dos sentimentos de indignação e frustração estarem presentes nos movimentos sociais, eles não são o fator único de influência dos comportamentos socio-políticos, o que obrigaria a uma revisitação dos modelos explicativos do comportamento socio-político dos actores sociais³, que aqui não podemos desenvolver.

O repto final que Tortosa (2011:12) coloca é claro: como passar de um comportamento expressivo da indignação, que sendo um comportamento emocional distingue-se da agressividade, a um comportamento racional relativamente aos fins, ou pelo menos racional relativamente a valores, segundo a terminologia de Max Weber, em que novos meios se ponham em prática para alcançar fins igualmente novos, correspondendo, segundo Tortosa (2011: 12), ao que Merton qualificava como revolucionário. Importa considerar os fins prováveis e os meios disponíveis, para que não se trate de uma infantil onnipotência das ideias, já que não é suficiente apontar o que está mal, importa propor vias viáveis de mudança.

Não sabemos se estes movimentos alternativos irão ter o impacto que outros já tiveram na história, pois a história não se repete. Mas também é certo que agora é mais fácil ter impacto sobre a realidade mundial, assim como também se pode aprender com os êxitos e com os horrores do passado.

Depois de termos percorrido algumas das especificidades e dificuldades que os movimentos alternativos apresentam e antes de apontarmos para propostas práticas, torna-se importante a reflexão de Boaventura de Sousa Santos, académico e ativista português, de forma a perceber algumas das potencialidades dos novos movimentos sociais e a incluir as suas propostas metodológicas na ultrapassagem das principais dificuldades que os movimentos alternativos enfrentam.

3 Para revisão dos modelos funcionalista cultural, socio-psicológico, de poder, marxista e outros confira Manuel Carlos Silva (1998).

Para Santos (2012: 139-140) a pluralidade do movimento global alternativo significa que a agregação de lutas, de interesses e de energias é feita de forma a respeitar as diferenças entre movimentos e a manter intatas as suas autonomias. Isto é, a construção da articulação e da agregação tem um valor e uma força independentes dos objetivos ou lutas que se agregam. É nesta construção que reside o potencial desestabilizador das lutas. Na capacidade de promover a passagem do que é possível num determinado momento para o que está emergindo como tendência ou latência de novas articulações e agregações. Muitas vezes, para este autor, são as lutas mais periféricas e os movimentos menos consolidados num determinado momento os que transportam consigo a emergência de novas possibilidades de ação e de transformação.

Santos (2001; 2012) ao também pretender construir uma teoria crítica, opõe-se ao que denomina “pensamento abissal”, eurocêntrico e colonizador, critica o “desperdício da experiência”, motivado pela exclusão do outro, cujo reconhecimento deveria ser a base de um diálogo intersubjetivo relevante. A tradução intercultural e interpolítica, proposta por Santos (2012: 158), é que irá possibilitar a criação de novas linguagens emancipadoras e a concretização de ações coletivas entre movimentos que combinam a luta pela igualdade com a luta pelo reconhecimento das diferenças. O pensador português opõe-se a uma teoria geral, como aquelas construídas pela civilização ocidental. Segundo Santos (2007: 39), “a diversidade do mundo é inesgotável, não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade”. A alternativa proposta pelo autor à teoria geral é o trabalho de tradução. A tradução é o procedimento que permite a inteligibilidade mútua entre as experiências do mundo, que são viáveis e possíveis, reveladas por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, capaz de lidar com os desafios do presente e propor alternativas viáveis.

O procedimento de tradução não estabelece hierarquias em abstrato entre os movimentos ou entre as lutas e muito menos determina a absorção de uns por outros. Através da tradução é possível tornar porosas as identidades dos diferentes movimentos e lutas presentes, de forma que tanto o que os separa como o que os une se torne cada vez mais visível e seja tido em conta nas alianças e articulações necessárias. Traduzir significa sempre afirmar a alteridade e reconhecer a impossibilidade de uma transparência total. O procedimento de tradução é um procedimento emancipatório de aprendizagem mútua (Santos 2012: 154).

Para Santos (2012: 155), a tradução, ao assumir-se como interpolítica, deverá reconhecer as diferenças entre os vários movimentos e organizações sociais e procurar que o debate entre elas diminua as resistências e a insegurança. Da mesma forma, o procedimento de tradução é também intercultural porque pretende responder às mudanças culturais produzidas nos últimos trinta anos nas lutas de resistência contra o colonialismo, o sexismo e o capitalismo, entre outros. Santos destaca que as lutas mais inovadoras foram protagonizadas no Sul Global e envolveram grupos e classes sociais que tinham sido ignorados pela teoria crítica dominante, maioritariamente produzida no Norte Global⁴. Estas lutas ampliaram o repertório das reivindicações e dos objetivos, formularam-nos com novas linguagens referentes a universos culturais diferentes dos da modernidade ocidental. Assim, tornou-se evidente que a emancipação social tem muitos rostos e que

4 Para uma confrontação crítica das teses de Santos consulte Sandra Sousa & Tom Lewis (2014).

os diferentes movimentos estão ancorados em diferentes culturas, transportam diferentes conhecimentos e diferentes misturas entre conhecimento científico e senso comum. A construção do diálogo entre movimentos e organizações, como refere Santos (2012: 155), deverá ter em conta esta realidade e interpretá-la como algo enriquecedor, em vez de considerá-la uma limitação à articulação entre os movimentos que constituem a globalização contra-hegemónica.

Para Juan-Ramón Capella (2007: 220), os fóruns de encontro dos movimentos alternativos são espaços de divulgação de experiências, de discussão aberta e, acima de tudo, são espaços de auto-reconhecimento. No entanto, o teórico espanhol assinala criticamente uma carência da ação coletiva alternativa: não dispõe ainda de um espaço público permanente e visível, de um espaço de comunicação da opinião pública livre, apesar de possuir numerosos centros editoriais, revistas e campos de ação próprios na internet. Pelo que, o autor propõe um grande esforço de ampliação dos âmbitos de ação destes movimentos. Por outro lado, para Capella (2007: 220) é necessário atrair as classes trabalhadoras, que continuam insuficientemente representadas. Pois são estas a base fundamental de toda a mudança, são elas que desenvolvem as funções sociais elementares que sustentam o sistema. Daí advém também a dificuldade de se desvincularem das perspetivas que a cada momento são oferecidas pela classe empresarial, o que exigirá um esforço particular de inteligência e de imaginação para construir caminhos de ação alternativos que possam ser empreendidos pelas pessoas enquanto trabalhadoras. Para o autor a incapacidade de atrair significativamente as pessoas na sua condição de trabalhadoras constitui a maior debilidade do movimento de resistência.

Capella (2007: 221) também propõe uma redefinição dos fóruns sociais, “para que o auto-reconhecimento do movimento deixe de ser a sua principal função e se estimulem outras, como a discussão de temáticas especializadas, a comunicação, e também o debate difícil sobre o inevitável lado político de sua ação”.

Se a globalização neoliberal é o resultado de uma multitude de decisões adotadas à escala internacional, uma globalização alternativa também o deverá ser, na perspetiva de Capella (2007: 235). É necessário pensar e atuar, igualmente, no âmbito de grandes espaços económicos e sociais de uma forma global. A mesma noção de globalização alternativa conduz à necessidade de uma forte intervenção política global no âmbito das trocas produtivas.

É preciso concretizar a definição de um projeto de globalização alternativa e impô-lo por meio de instituições novas. O movimento alternativo realiza hoje antes de tudo operações de resistência: vive no tempo da resistência. Mas necessita incubar em si um tempo novo, com instituições globais públicas de natureza distinta das existentes e em que as existentes, se subsistirem, mudarão. Para isso, hoje, há que projetar, há que imaginar, comunicar e agir. (Capella, 2007: 235)

O internacionalismo ativo torna-se uma necessidade tanto do tempo de resistência como de um tempo de alteridade e deverá expressar-se em instituições transnacionais que possam consubstanciar as aspirações do movimento alternativo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 50 do século passado que as culturas juvenis, as revoltas juvenis e os estilos juvenis influenciam o desenvolvimento da sociedade (Rocha, Gonçalves e Da-

mião de Medeiros, 2017). Com a emergência dos novos movimentos sociais, Alain Touraine (1969) encara a juventude como o motor mais importante de mudança social. No entanto, a partir da última década do século XX, o mundo testemunhou o surgimento e a afirmação de um novo ciclo de ação coletiva, marcada por novas lutas e gramáticas de resistência, por diferentes espaços de participação e por novas formas de organização. As lutas de hoje já não se centram nas questões de redistribuição dos recursos, mas sim na liberdade individual e no reconhecimento de estilos e identidades. Michel Wieviorka (2008) considera que os movimentos da modernidade pós-industrial – movimentos estudantis, ecológicos, pacifistas, feministas, LGBT, civis, regionalistas, independentistas, entre outros – incidem sobretudo na subjetividade dos atores, pessoal e coletiva, constituindo-se um amplo debate em torno da política de identidade. Como nos diz Wieviorka (2008: 115),

os movimentos globais não se apresentam, ou não se apresentam somente, sob o ângulo da luta contra a dominação clássica, o seu maior estímulo não é combater as lógicas de exploração. Têm sobretudo sede de construir um outro mundo e de acabar com diversas formas de desprezo e de ignorância que os deixam à parte.

O atual ativismo de muitos e muitas jovens contra o slogan redutor e totalitário TINA (*there is no alternative*), contra as medidas de austeridade dos países do sul da Europa e as elevadas taxas de desemprego jovem tem sido objeto de estudo para alguns investigadores (Rocha, Gonçalves e Damião de Medeiros, 2017: 13).

Por sua vez, Knud Andresen (2017) apesar de valorizar o potencial de mudança associado às culturas juvenis, refere que as fronteiras geracionais dantes visíveis deixaram de existir. Para Machado Pais (1990) conceitos como “juventude” e “cultura pop” tornaram-se em estilos de vida e os seus valores foram absorvidos pela cultura dominante, criando uma lógica de continuidade geracional. Para Andresen (2017) a relação entre juventude, como geração de vanguarda, e a mudança social deixou de fazer sentido nas sociedades ocidentais, onde predominam a individualização, o consumo e a entropia cultural.

Depois de comparar estes novos movimentos globais com outros movimentos sociais que os precederam, seguimos o raciocínio de Tortosa na análise dos movimentos alternativos. Para estudar a relação da juventude com a política convocou-se a teoria de Santos (2012), que depois de uma forte crítica à globalização hegemónica, chama os saberes do Sul do mundo, muitas vezes desprezados e marginalizados, para a construção de um pensamento alternativo. O autor propõe o procedimento de tradução com o objetivo de estimular entre os movimentos e organizações sociais progressistas a vontade de criar em conjunto saberes e práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis à globalização neoliberal.

Por fim, recorremos a algumas propostas práticas de Capella que possam colmatar as dificuldades apresentadas pelos movimentos alternativos, como sejam a criação de novas instituições transnacionais capazes de rivalizar com as existentes, e de poderem atuar assim no mesmo âmbito das instituições criadas pela globalização neoliberal.

Os movimentos sociais que lutam por uma globalização alternativa constituem um novo fenómeno político focado na ideia de que a fase atual do capitalismo global e do colonialismo, que não deixou de existir, exigem novas formas de resistência e novas direções para a emancipação social. O papel que a juventude vai desempenhar nas lutas do futuro, ninguém conseguirá prever.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRESEN, Knud 2017. Youth in european contemporary history – a history of blurred boundaries?. In: Rocha, Gilberta; Gonçalves, Lalandia e Damião de Medeiros, Pilar. (Org.). Juventude(s): pensar e agir. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- AUGUSTO, Nuno 2008. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, junho, pp. 155-177.
- BAUMAN, Zygmunt 2009. Del capitalismo como sistema parásito. *Clarín*. Disponível em: http://edant.revistaenlinea.com/notas/2009/12/27/_-02107667.htm, acessado a 14/10/2017.
- BOURDIEU, Pierre [1979] 2007. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre 2001. *Poder, derecho y classes sociales*. 2ª ed, Bilbao: Desclée de Brouwer.
- BRITES, Rui 2015. Interesse pela Política e Confiança nas Instituições políticas: Portugal em comparação europeia. *Plataforma Barómetro Social*. disponível em: <http://barometro.com.pt/archives/1432>, acessado a 25/11/2015.
- CAPELLA, Juan-Ramón 2007. *Entrada en la Barbarie*. Madrid: Editorial Trotta.
- DAMIÃO DE MEDEIROS, Pilar 2015. Políticas de juventude nos Açores: uma reflexão em torno da condição da(s) juventude(s) (pós)moderna(s), em Medeiros, Teresa. (Coord.), *Adolescência: desafios e riscos*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, pp. 91-106.
- DAVIS, Angela 2011, The 99%: a community of resistance. *The Guardian*, disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/nov/15/99-percent-community-resistance>, acessado a 12/02/2016
- DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario [1999] 2006. *Social Movements. An Introduction*. 2ª ed. Malden. MA and Oxford: Blackwell Publishing.
- DELLA PORTA, Donatella e CAIANI, Manuela 2009. *Social Movements and Europeanization*. Oxford: Oxford University Press.
- EDER, Klaus 1993. The new politics of class. Social movements and cultural dynamics in advanced societies. Londres: Sage.
- EDER, Klaus 2001. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun, vol.16, no.46, p.5-27.
- ENGELHARDT, Tom 2011. *The United States of Fear*. Chicago: Haymarket Books.
- ESTANQUE, Elísio 2012. Movimentos sociais: a nova rebelião da classe média. *Ensino Superior – Revista do Sindicato Nacional do Ensino Superior*, nº 43, jan/fev, p. 28-37.
- ESTEFANÍA, Joaquín 2011. *La economía del miedo*. Madrid: Galaxia Gutemberg.
- FEIXA, C., SAURA, J.R., & COSTA, C. (Eds.) 2002. *Movimientos juveniles: de la globalización a la antiglobalización*. Barcelona: Ariel.
- HOUTART, François 2007. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>
- JURIS, Jeffrey; PEREIRA, Inês e FEIXA, Carles 2012. La globalización alternativa y los ‘novísimos’ movimientos sociales. *Revista del Centro de Investigación*, Universidad La Salle, Vol. 10, núm. 37, enero-junio, pp. 23-39.
- MATTOS, Patrícia 2012. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estu-

- dos de género. *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba, Sociedade Brasileira de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011.
- MELUCCI, Alberto 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.
- MERTON, Robert 1968. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- PAIS, Machado 1990. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, XXV, (105-106), pp. 139-165.
- PAIS, Machado 2003. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- ROCHA, Gilberta; GONÇALVES, Lalanda e DAMIÃO de MEDEIROS, Pilar. (Org.) 2017. *Juventude(s): pensar e agir*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2012. *De las dualidades a las ecologías*. La Paz – Bolívia: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE.
- SILVA, Manuel Carlos 1998. *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos 2000. Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica, em Viegas, J. M. & Dias, E. C. (Org.), *Cidadania, integração, globalização*. Lisboa: Celta Editora.
- SOUSA, Sandra & LEWIS, Tom 2014. Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória. *Configurações* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 08 Outubro 2014, consultado o 19 Janeiro 2016. URL : <http://configuracoes.revues.org/1962>.
- STIGLITZ, Joseph 2011. The globalization of protest. *Project Syndicate*. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/the-globalization-of-protest>, acessado a 20/03/2015.
- TORTOSA, José Maria 2011. Sobre los movimientos alternativos en la actual coyuntura. *Polis* [En línea], 30, disponível em: <http://polis.revues.org/2306>, acessado a 30/09/2015.
- TOURAINÉ, Alain 1969. *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Paris: Denoël.
- TOURAINÉ, Alain 1978. *La voix et le regard, Sociologie des mouvement sociaux*. Paris: Seuil.
- Universidade de Berkeley 2013, *Berkeley Earth*, disponível em: <http://berkeleyearth.org/analysis.php>, acessado: a 10/10/2015.
- WIEVIORKA, Michel 2008. *Nove lições de sociologia: como abordar um mundo em mudança?*. Lisboa: Teorema.